

Por que o Brasil cresce pouco desde 1990-1991

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA



Nos últimos anos, depois de uma série de decepções, meu otimismo em relação ao Brasil se foi. Ao contrário do que aconteceu entre 1930 e 1980, o crescimento desde o Plano Real vem sendo medíocre, insuficiente para diminuir a distância que nos separa dos países ricos. Em 2007, publiquei *Macroeconomia da estagnação**, no qual afirmava que a economia brasileira estava quase estagnada porque, desde o início dos anos 1990, mergulhara em uma *armadilha* macroeconômica, de juros altos e câmbio sobreapreciado, que desestimulava os investimentos e impedia o desenvolvimento econômico. Mas, enquanto escrevia o livro, a economia se acelerava, impulsionada pelos altos preços das *commodities* exportadas, o que levou tanto economistas desenvolvimentistas de boa qualidade quanto os do mercado financeiro internacional a afirmar que o Brasil havia “retomado o desenvolvimento”. Essa tese jogava meu livro no vazio e me deixava perplexo. Como seria possível para um país crescer aceleradamente se sua taxa de câmbio estava cronicamente sobreapreciada e a taxa de juros há anos era absurdamente elevada? Não demorou, porém, para que minha análise se confirmasse. Quando a presidente Dilma Rousseff foi eleita, em 2010, seu objetivo era continuar o crescimento relativamente acelerado que caracterizou o segundo mandato de Lula, mas em seu governo, apesar da coragem com a qual tentou enfrentar os problemas,

* São Paulo, Editora 34, 2007. (N. E.)

o Brasil voltou a crescer a taxas muito baixas, em torno de 2% ao ano. Voltávamos à quase estagnação, à reprimarização da economia e à desindustrialização que caracterizam a economia brasileira desde 1980.

Os brasileiros ainda não se deram conta do problema – ou, pelo menos, os empresários industriais representados na Federação das Indústrias de São Paulo. No início de 2013, a Fiesp publicou um estudo no qual propunha que o Brasil dobrasse seu PIB em quinze anos. Para tanto, seria preciso que, nesse período, o PIB *per capita* crescesse a uma taxa média de 4,7% ao ano, mas o crescimento nesse mesmo ano de 2013 havia sido de modestos 1,6%. O projeto, preparado por uma empresa de consultoria, ignorava o profundo desequilíbrio dos preços macroeconômicos no Brasil: os salários crescendo mais que a produtividade, o câmbio apreciado no longo prazo, o nível elevado de juro, a conseqüente taxa de lucro esperada insuficiente para motivar os empresários a investir e a inflação tornando-se inercial em torno de 6% ao ano. Ignorava também a decidida resistência política de empresários, economistas e políticos brasileiros a aceitar a redução provisória dos rendimentos no curto prazo, decorrente da depreciação da taxa de câmbio.

Mas vejamos a que decepções me referi. A primeira foi o desempenho econômico da democracia a partir da transição democrática de 1985. O colapso do Plano Cruzado, em 1987, foi um desastre econômico e político de grande envergadura, que demonstrou faltar à oposição que lutara contra o regime militar uma teoria e um projeto de desenvolvimento. Em vez disso, tínhamos um keynesianismo vulgar, ou um desenvolvimentismo populista que desconsiderou a crise fiscal do Estado e a agravou, ao mesmo tempo que ocorria forte apreciação cambial. A segunda decepção aconteceu no governo Fernando Henrique Cardoso. Encontrada uma solução razoável para o problema da crise financeira da dívida externa através do Plano Brady e controlada a alta inflação de forma brilhante por ele e sua equipe, valendo-se de uma teoria econômica heterodoxa (a teoria da inflação inercial), através do Plano Real, era de se esperar, que a partir de 1995, a economia brasileira deslanchasse. Mas a submissão dos economistas do governo à ortodoxia liberal e, em particular, à política de crescimento com poupança externa implicou em alta apreciação da taxa de câmbio, levando o país a uma nova e grave crise financeira na virada para 1999, com taxas de crescimento medíocres. A terceira decepção foi com o governo do PT, partido de esquerda, social-democrático e desenvolvimentista que assumiu o poder em janeiro de 2003, abrindo

uma oportunidade para que o desenvolvimento econômico fosse retomado. Mas não foi isso o que aconteceu. Se o governo FHC havia sido liberal-dependente, o do PT foi social-desenvolvimentista; mas esse desenvolvimentismo, afinal, malogrou. Seu grande mérito foi o da inclusão social, que ocorreu graças ao forte crescimento do salário mínimo e à ampliação da política de transferência de rendas, incluindo uma importante parcela da população no consumo de massas e reduzindo, assim, a desigualdade existente no país. Mas como o problema do câmbio não foi resolvido com o governo Lula – que recebera do antecessor uma taxa de câmbio abençoada porque altamente depreciada –, deixou-se que ela voltasse a se apreciar, puxada pela tendência à sobreapreciação cíclica e crônica da taxa de câmbio. Ao final desse mandato, a taxa de câmbio já estava altamente apreciada, inviabilizando os investimentos industriais. Houve um breve período de aumento do mercado interno e de bom crescimento, empurrado pelo aumento do preço das *commodities* exportadas, mas assim que os importadores de manufaturados se organizaram para importar (o que leva em média três anos), as empresas industriais, que ainda conservavam o mercado interno, o perderam para os importadores. E assim, apesar dos esforços do governo Dilma em reverter esse quadro, a desindustrialização voltou com toda força, ao mesmo tempo que a economia passava a crescer a uma taxa média inferior a 2% ao ano, incompatível com o *catching-up* ou o alcançamento.

Dada a grande crise da dívida externa e a alta inflação que prevaleceram entre 1980 e 1994 era impossível para o Brasil crescer, mas depois de resolvidos esses dois problemas, a economia não voltou a crescer de maneira satisfatória. Há quem atribua esse baixo crescimento a problemas do lado da oferta, como a carga tributária elevada e a falta de poupança das famílias, ou de educação, investimentos em infraestrutura, instituições melhores etc. Mas esses problemas já existiam quando o Brasil crescia de maneira acelerada e não impediram, no passado, que o país crescesse. Já as duas causas que apresentarei em seguida são *factos novos* – um datado da crise financeira da dívida externa e o outro de 1990-1991 – que reduziram os investimentos privados e os investimentos públicos.

Entendo que o *fato novo* que explica o não crescimento a partir de 1990-1991 foi o país ter aceitado as reformas neoliberais e, assim, descontinuado a neutralização da doença holandesa, que havia sido essencial para a industrialização entre 1930 e 1980. Essa neutralização era realizada por um imposto sobre a exportação das *commo-*

dities que originam apreciação estrutural da taxa de câmbio que é a doença holandesa, a qual pode ser definida como uma apreciação permanente da taxa de câmbio causada pela exportação de *commodities* que utilizam recursos naturais abundantes e baratos e que, por isso, podem ser exportadas a uma taxa de câmbio de “equilíbrio corrente” significativamente mais apreciada do que aquela necessária para as demais empresas produtoras de bens *tradable* existentes ou potencialmente existentes no país possam ser lucrativas e competir, mesmo que que utilizem tecnologia no estado da arte mundial – a taxa de câmbio de “equilíbrio industrial”. Nos termos da macroeconomia desenvolvimentista que venho elaborando, um imposto sobre essas *commodities* é a única maneira de proceder essa neutralização, porque ele aumenta seu custo de produção; dessa forma, a taxa de câmbio de equilíbrio corrente se iguala à taxa de câmbio de equilíbrio industrial, e as empresas industriais competentes passam a ter acesso tanto ao mercado externo quanto ao interno¹. Este imposto pode ser expresso ou “disfarçado”, como aconteceu no Brasil nos anos 1970, quando ele estava embutido em um sistema de altas tarifas aduaneiras (45% em média) e de subsídios à exportação de manufaturados (também 45% em média). Esse “confisco cambial” (a denominação que os cafeicultores davam para ele) era de 31% ($45/145 = 31,03$) e graças a ele foi possível tornar competitivas as boas empresas industriais brasileiras: as exportações de manufaturados, 6% do total de exportações em 1965, saltaram para 60% em 1985. Esse imposto sugere que a doença holandesa apreciava a taxa de câmbio em 31%. É difícil calcular a gravidade da doença holandesa, porque a apreciação que ela causa varia com os preços internacionais das *commodities* e com a relação entre o aumento real dos salários e da produtividade. Minha pesquisa sugere que a apreciação causada pela doença holandesa gira varia em torno 20%

A segunda causa do baixo crescimento da economia brasileira foi a queda da poupança pública – e, em consequência, dos investimentos públicos. No fim dos anos 1970, o irresponsável endividamento externo realizado pelos militares resultou em crise financeira e obrigou o Estado

¹ Essa macroeconomia desenvolvimentista ou estruturalista do desenvolvimento é apresentada de forma sistemática em Luiz Carlos Bresser-Pereira, José Luís Oreiro e Nelson Marconi, *Developmental Macroeconomics* (Londres, Routledge, 2014). Sobre a doença holandesa ver Luiz Carlos Bresser-Pereira, “The Value of the Exchange Rate and the Dutch Disease”, *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 33, n. 3, jul. 2013, p. 371-87.

a socorrer as empresas que quebravam. A poupança pública tornou-se então negativa. Em seguida, com a redemocratização, a pressão popular por maiores despesas na área social aumentou, a poupança pública continuou negativa, não obstante o forte aumento da carga tributária. Os economistas liberais não veem problema nessa redução da poupança pública, porque esperam que todos os investimentos sejam realizados pelas empresas privadas; os desenvolvimentistas, ainda que saibam que um Estado desenvolvimentista deveria se responsabilizar por cerca de 20% do total dos investimentos –, acomodam-se porque aceitam que qualquer aumento de receita seja gasto na área social.

Macroeconomia desenvolvimentista

Nos últimos doze anos, desenvolvi com um grupo de economistas o *novo desenvolvimentismo* – uma teoria econômica nova, constituída por uma economia política, uma microeconomia desenvolvimentista e uma macroeconomia desenvolvimentista. Desses três ramos, o primeiro e o terceiro hoje já estão razoavelmente desenvolvidos. Neste artigo, uso conceitos da macroeconomia desenvolvimentista, que inicialmente denominei “macroeconomia estruturalista do desenvolvimento”², para entender a quase estagnação brasileira. Em síntese, o desenvolvimento econômico depende do investimento, que depende da taxa de lucro esperada, que, dada a taxa de juros, depende da competitividade do país. A competitividade *real* do país pode ser medida pelas variações do índice comparativo do custo unitário do trabalho³, ao passo que a competitividade *monetária* depende da taxa de câmbio. A taxa de investimento depende da competitividade monetária (da taxa de câmbio) porque é dela que depende a taxa de lucro esperada. A competitividade real é importante porque quando ela aumenta o país pode apreciar sua moeda sem qualquer prejuízo de competitividade; mas quando ela cai, como tem acontecido no Brasil, o nível da taxa de câmbio de equilíbrio aumenta, e a competitividade do país só se manterá se a taxa de câmbio de mercado se

² Mudei de nome porque os editores da Routledge preferiram a denominação “*developmental macroeconomics*”, já que os economistas estrangeiros não sabem o que significa estruturalismo em economia, mas sim o que é desenvolvimentismo.

³ O custo unitário do trabalho é obtido pela divisão dos salários médios reais pela produtividade. O índice comparativo do custo unitário do trabalho, por sua vez, é igual ao custo unitário do trabalho do país dividido pelo custo unitário do trabalho médio dos principais parceiros ou concorrentes comerciais internos.

depreciar. Mas dada a tendência central da macroeconomia desenvolvimentista à sobreapreciação cíclica e crônica da taxa de câmbio, a taxa de câmbio *não* acompanha e se deprecia quando o nível do equilíbrio industrial aumenta. Mesmo que ele se mantenha constante, a taxa de câmbio tende a ficar, no longo prazo, sobreapreciada. Assim, ela se aprecia e inviabiliza os investimentos na indústria e nos serviços *tradable*. Por isso digo que a taxa de câmbio age como um *interruptor*. Quando ela está em equilíbrio, flutuando em torno do equilíbrio competitivo ou industrial (hoje, cerca de R\$ 3,10 por dólar), as empresas competentes do país ficam conectadas ao seu mercado (tanto interno quanto externo), e suas expectativas de lucro aumentam. Em contrapartida, quando a taxa de câmbio está apreciada (como hoje, cerca de R\$ 2,40 por dólar), a empresa é desconectada do mercado, parando de investir ou investindo muito pouco – e o país passa a crescer lentamente.

De acordo com a teoria clássica e a teoria marxista do valor trabalho, as mercadorias têm um valor e um preço, este devendo girar em torno do seu valor, de acordo com a oferta e a procura. Segundo a teoria novodesenvolvimentista, a taxa de câmbio (o preço da moeda estrangeira) também tem um valor e um preço. O valor da taxa de câmbio cobre o custo mais o lucro razoável das empresas que participam do comércio exterior de um país. No caso de doença holandesa, há dois valores, um correspondente ao equilíbrio corrente, determinado pelas *commodities*, e o outro ao equilíbrio industrial, determinado pelas demais empresas produtoras de bens *tradable*. O valor da taxa de câmbio depende do índice comparativo do custo unitário do trabalho. Se ele cresce, aumenta o valor da moeda estrangeira, e a taxa de câmbio de mercado desvaloriza-se. Se a doença holandesa fosse neutralizada e o equilíbrio corrente passasse a coincidir com o equilíbrio industrial, as empresas competentes do país seriam competitivas.

O modelo central da macroeconomia desenvolvimentista é o da tendência à sobreapreciação cíclica e crônica da taxa de câmbio. Ele afirma simplesmente que, se deixada por conta do mercado e das políticas usualmente adotadas, no longo prazo a taxa de câmbio fica *cronicamente* apreciada, mas seu movimento é necessariamente *cíclico*, porque o câmbio apreciado leva a déficits em conta-corrente que vão aumentando a dívida externa em relação ao PIB. O país então perde o crédito, os credores externos suspendem a rolagem das dívidas e o país quebra, não obstante use-se um regime de câmbio flutuante, porque o crédito fornecido funciona como uma bolha financeira, que

é, por definição, irracional – tão irracional quanto recorrente nas economias capitalistas. E, assim, o país vai de crise financeira (de balanço de pagamentos) em crise financeira, de *sudden stop* em *sudden stop*. Foi o que aconteceu no Brasil em 1982 e repetiu-se em 1998 e 2002.

A tendência à sobreapreciação cíclica e crônica da taxa de câmbio tem quatro causas básicas. Em primeiro lugar, a doença holandesa, já discutida. É o maior e mais difícil de se resolver. Duas outras causas dizem respeito a políticas econômicas equivocadas mas regularmente adotadas por países em desenvolvimento: a política de usar a taxa de câmbio para controlar a inflação e a de crescimento com poupança externa. A primeira, também chamada de política “de âncora cambial”, significa manter a taxa de câmbio relativamente fixa enquanto a inflação continua a ocorrer, o que faz cair a taxa de inflação. Combate-se assim um mal sintomático, que é a taxa de inflação, permitindo que a taxa de câmbio se aprecie. Isto foi feito no governo FHC, repetido com mais violência no governo Lula e agora novamente no governo Dilma. A política de crescimento com poupança externa, por sua vez, aprecia automaticamente a taxa de câmbio, porque há uma relação direta entre déficit em conta-corrente e taxa de câmbio – quanto maior o déficit em conta-corrente, mais apreciada é a taxa de câmbio. Essa política não interessa ao país, porque implica uma alta taxa de substituição da poupança interna pela externa: os investimentos externos antes substituem do que se adicionam aos investimentos internos, porque causam a apreciação que desestimula os investimentos internos. No entanto, essa política, que apenas interessa aos países ricos e imperialistas, é aceita docilmente por nossas elites dependentes, que acreditam que esses financiamentos contribuem para o desenvolvimento econômico nacional. Na verdade, os déficits em conta-corrente interessam ao imperialismo, que, a partir deles, justifica seus financiamentos e investimentos diretos. Ao país em desenvolvimento significa apenas maior consumo imediato (e maior dívida), e não crescimento.

Essas duas políticas, além de interessar os capitalistas rentistas e os financistas, interessam também aos políticos, que, ao apreciarem o câmbio, reduzem a inflação e aumentam os rendimentos de todos, o que facilita sua reeleição. Denomino essa prática “populismo cambial”. Somado ao populismo fiscal (o Estado gasta mais do que arrecada de forma irresponsável e incorre em déficits fiscais) está o populismo econômico, fonte de crises e baixo crescimento.

A política necessária

Para tornar a taxa de câmbio competitiva, neutralizando sua tendência à sobreapreciação cíclica e crônica, é necessário que o governo rejeite tais populismos. Se a inflação não tiver um componente inercial importante, a solução é a redução da demanda. Para neutralizar a doença holandesa, já vimos que é necessário estabelecer um imposto sobre a exportação de *commodities*, que deve ser proporcional à gravidade da doença holandesa. A grande dificuldade em se fazer isso é a provável reação do poderoso agronegócio – reação essa irracional, porque o imposto não implica custo para os produtores, pois o que os exportadores pagam é devolvido em câmbio mais depreciado.

A conspiração do silêncio nessa matéria, contudo, impede seu debate nacional. Uma alternativa *second best* é fazer um aumento das tarifas de importação. Os economistas liberais dirão imediatamente que o “protecionismo” está de volta, mas, primeiro, creio que sou insuspeito nesse quesito. Fui eu que, como ministro da Fazenda, em 1987, dei os primeiros passos no sentido da liberalização comercial (não da financeira) que ocorreria entre 1990 e 1991 a partir do argumento que a indústria brasileira já não era mais nascente ou infante e que, portanto, não mais cabia protegê-la. Hoje percebo que estava enganado. Eu ainda não havia desenvolvido meu modelo de doença holandesa e, por isso, não sabia que boa parte da tarifa que incidia sobre os bens importados não era protecionista; era apenas uma compensação necessária pela taxa de câmbio nominal apreciada pela doença holandesa. Assim, se o país aproveitar o espaço que sua “tarifa consolidada” na OMC lhe oferece, poderá neutralizar a doença holandesa – ainda que apenas do lado das importações e, portanto, do mercado interno. As boas empresas brasileiras continuarão impossibilitadas de exportar, mas poderão competir em pé de igualdade com as importações. Mas, para isto, é preciso recriar um sistema de drawback, de forma a não prejudicar as empresas que, apesar do câmbio sobreapreciado, continuam capazes de exportar, porque são muito eficientes e/ou porque seu conteúdo importado é muito alto (caso da Embraer).

Além de neutralizar a doença holandesa do lado das importações e de rejeitar as duas políticas de populismo cambial, o governo deverá ter poder para impedir a entrada de capitais sempre que eles ameacem apreciar indevidamente a taxa de câmbio. Já o Banco Central deve adotar uma política ativa de compra de reservas sempre que a taxa de câmbio se apreciar indevidamente e, em seguida, esterilizá-las para evitar o aumento indesejado da oferta de moeda. A adoção

dessas políticas trará um superávit em conta-corrente diretamente proporcional à gravidade dessa doença (medida pela diferença entre o equilíbrio industrial e o corrente). No Brasil, onde a doença holandesa não é tão grave como, por exemplo, na Venezuela, o superávit deverá ser pequeno. Mas se não houver um pequeno superávit, como o de 2004-2005, é certo que nossa taxa de câmbio estará apreciada. Esse superávit pode parecer surpreendente, mas é apenas uma decorrência lógica da neutralização da doença holandesa, pois esta implica deslocar a taxa de câmbio do equilíbrio corrente (que equilibra a conta-corrente) para o equilíbrio industrial, que, sendo mais depreciado, implica superávit em conta-corrente. Caso o Brasil venha a adotar essa política cambial, o câmbio será competitivo e, em consequência, aumentarão as expectativas de lucro, as empresas investirão e inovarão e o país crescerá mais rapidamente.

Até 1990-1991 o Brasil mantinha sua taxa de câmbio competitiva através do “confisco cambial” e, no lugar do regime de flutuação cambial, havia o de câmbio fixo corrigido pelo sistema de minidesvalorizações (*crawling peg*). Desde então, o país deixou de neutralizar a doença holandesa e de ter uma política cambial e passou a adotar as duas políticas de apreciação cambial já referidas. O fato de haver deixado de neutralizar a doença holandesa deve ter representado uma sobreapreciação média de 25%, mas essa sobreapreciação foi maior devido às duas outras causas que empurraram a taxa de câmbio para o déficit em conta-corrente.

Em outubro de 2014, a taxa de câmbio estava em torno de R\$ 2,40 por dólar e a taxa de câmbio competitiva ou de equilíbrio industrial deveria ser de aproximadamente R\$ 3,10 por dólar – portanto, sobreapreciação de 29,2%. Como a taxa de câmbio capaz de equilibrar a conta-corrente do país hoje deve estar próxima de R\$ 2,60 por dólar, a doença holandesa é responsável por 20,0%, e os 9,2 pontos percentuais restantes ficando por conta das duas causas relacionadas com as políticas equivocadas.

Nos anos recentes a queda do preço das *commodities* implicou elevação da taxa de câmbio de equilíbrio corrente e, por isso, diminuição da gravidade da doença holandesa, mas, por outro lado, houve elevação real dos salários acima do aumento da produtividade, que causou elevação do índice comparativo do custo unitário do trabalho, o qual determinou um aumento do valor da taxa de câmbio e, portanto, do equilíbrio industrial, agravando a doença holandesa – que, ao não ser acompanhada pela depreciação da taxa de câmbio, causou forte

perda de competitividade da indústria brasileira no plano real. Dados esses dois fatos, a gravidade da doença holandesa continuou a girar em torno de 20%, e, portanto, pode ser neutralizada para efeito de mercado interno com um aumento linear de 20% das tarifas aduaneiras sobre a importação de *commodities*. Tarifas de importação altas *não são* uma forma de protecionismo, mas de neutralizar a doença holandesa apenas do *lado das importações*; com elas, o país permite que as empresas brasileiras competentes tenham acesso ao mercado interno em pé de igualdade com as que exportam para o Brasil.

Observe-se que a desvalorização deve ser uma medida de *transição* – tomada, portanto, *once and for all*. Depois, trata-se de manter a taxa de câmbio no nível competitivo, de equilíbrio industrial. Isso trará uma inflação temporária, além de redução de todos os rendimentos, não apenas dos salários. Mas esse é o custo do desenvolvimento econômico. Imaginá-lo sem custos é uma brincadeira de mau gosto – é o conhecido keynesianismo vulgar que até hoje deve fazer Keynes revirar-se em seu túmulo.

Conclusão

Em síntese, no momento em que o imposto sobre a exportação de *commodities* necessário para neutralizar a doença holandesa deixou de existir (1990-1991), a taxa de câmbio passou a se apreciar cronicamente em torno de 20%⁴, reduzindo a competitividade da indústria brasileira, tornando baixas e até negativas as expectativas de lucro e implicando redução dos investimento. No paralelo, a poupança pública diminuiu até se tornar negativa. Essas são, portanto, as duas causas fundamentais (e novas) do baixo crescimento e da desindustrialização do país⁵.

Entretanto, nem os economistas liberais nem os desenvolvimentistas querem conversar seriamente sobre o assunto, que desagrada a ambos. Por isso, passam imediatamente a argumentar por que a desvalorização não é nem necessária nem viável no momento presente. E, assim, a teoria nova que justifica a desvalorização não é discutida. Os desenvolvimentistas de esquerda rejeitam a desvalorização inicial necessária porque, no curto prazo, ela reduz os salários, o que é

⁴ Observe-se que, para uma apreciação média de 25% da taxa de câmbio, é necessário que o imposto seja em média de 20%, já que ele deve ser calculado sobre o preço de venda, ou seja, sobre a exportação em moeda estrangeira.

⁵ As duas causas de política não podem ser consideradas nesta conclusão porque já existiam antes de 1990-1991, ou seja, não são fatos novos.

verdade, e aumenta a desigualdade, o que é *falso*, porque a redução dos rendimentos dos capitalistas será maior na medida em que muitas empresas endividam-se em dólares. Tentar reduzir a imensa desigualdade existente no Brasil através de política macroeconômica não faz sentido. A forma correta de diminuí-la é através de impostos progressivos. Isso explica, por exemplo, porque a Suécia tem uma distribuição muito mais civilizada do que os Estados Unidos.

Os economistas liberais também rejeitam a desvalorização porque ela aumenta temporariamente a inflação – o que traz dificuldades para as empresas endividadas em dólar e, em consequência, para os bancos credores – e porque os países ricos com os quais se solidarizam têm horror a desvalorização. Ao não discutirem a política em si, limitando-se aos problemas que ela envolve, eximem-se de defender a redução temporária de rendimentos que uma desvalorização implica e, revelando sua dependência cultural profunda, não entram em conflito com os economistas dos países ricos, os quais supõem serem os únicos capazes de produzir teoria. Revelam também uma alta preferência pelo consumo imediato e dificuldade em discutir teoria produzida no Brasil. Em consequência, a sociedade fica desinformada sobre as reais causas da quase estagnação da economia brasileira desde 1990. E o governo fica paralisado, independentemente do partido político que esteja no poder, porque incapaz de pedir um sacrifício no curto prazo sem contar com o apoio dos economistas e da sociedade.